

Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil

Área: Mulher

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Maria Célia Orlato Selem

Aula 6 - As Conferências dos Direitos da Mulher

Uma das ações dos conselhos em todas as esferas é a promoção da participação da sociedade na discussão das questões e participação na elaboração de propostas para as políticas. Assim, cabe aos conselhos a organização de conferências, de acordo com suas instâncias de atuação: municipais, estaduais ou federais.

Lucia Xavier, coordenadora da organização Criola, do Rio de Janeiro, acredita que a metodologia de realização de conferências promove e amplia o diálogo com os gestores locais para a implementação de políticas. O debate entre representantes de várias localidades e segmentos nos fornecem uma visão da multiplicidade de temas e necessidades das mulheres brasileiras. Importante aqui destacar a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, sua composição e propostas, a fim de exemplificar a ação de um conselho de direitos da mulher enquanto espaço institucional propositor e articulador e de controle social de políticas.

Alguns municípios já haviam realizado suas conferências municipais, convocadas pelos conselhos e coordenadorias especiais das mulheres, vinculadas às prefeituras, como é o caso do Município de São Paulo que realizou sua 1ª Conferência Municipal em 2002. No entanto, a conferência convocada em nível nacional em três etapas (1. municipal e regional; 2. estadual e distrital e; 3. nacional) ocorreu apenas em 2003, na atual gestão do Presidente Lula, com a nova configuração da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que passou a ter status de Ministério ligada à Presidência da República, e com a última mudança implementada no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em maio de 2003.

Praticando: 1) Você já participou de alguma conferência dos direitos da

mulher em seu estado e município?

2) Os conselhos no seu estado e município já convocaram conferências dos direitos da mulher?

3) Quais foram as principais deliberações das conferências em seu estado e município? Estas deliberações foram divulgadas junto à sociedade e governo local?

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES¹

A I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres ocorreu de 15 a 17 de julho de 2004 e significou um importante avanço para sociedade, pois traduziu em um duplo reconhecimento político da história de lutas e conquistas dos movimentos de mulheres: da própria legitimidade do movimento e das desigualdades entre homens e mulheres como um problema público, relacionado a todas as pessoas.

Esse encontro encerrou uma série de conferências Estaduais e Municipais em todo o país, com a sistematização das suas deliberações. Reuniu cerca de 2000 mulheres no Planalto Central, representando vários segmentos da sociedade civil e dos governos federais, estaduais e municipais.

Convocada por decreto presidencial e coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres teve como tema: “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”, a partir dos seguintes eixos temáticos:

I - Análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade;

II - Avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal frente aos compromissos internacionais - acordos, tratados e convenções;

III - Proposição de diretrizes da Política Nacional para as mulheres numa perspectiva de gênero, apontando as prioridades dos próximos anos.

Essa conferência foi uma estratégia do governo federal na promoção da participação da sociedade nas definições da política pública. O objetivo inicial foi propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, o qual apontaria as prioridades de uma política nacional de igualdade de gênero para os próximos anos do governo (Lucia Xavier). Os resultados desse processo ocorreram após a aprovação do Plano Plurianual (2004-2007), mas poderão corrigir os rumos da política em curso.

¹ Informações com base nos dados do site da SPM: www.presidencia.gov.br/spm

Subsídios às Conferências Estaduais, Regionais e Municipais

Em documento apresentado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres², como subsídio às discussões nas conferências estaduais e regionais, destaca-se a proposição de um conjunto de princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres numa perspectiva de gênero, apontando prioridades para os próximos anos.

Princípios:

1. Inclusão social e enfrentamento às desigualdades de gênero e raça;
2. Transversalidade na gestão pública das políticas de gênero;
3. Empoderamento, autonomia e fortalecimento do exercício da cidadania;
4. Igualdade e equidade de gênero;

Diretrizes de políticas e ações prioritárias:

1. Enfrentamento à pobreza, geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra;
2. Saúde da mulher, direitos reprodutivos e sexuais;
3. Violência de gênero e políticas de segurança;
4. Poder, democracia e participação;
5. Educação, cultura e produção de conhecimento;

A coordenadora de educação do SOS corpo, Taciana Goveia, diz que a I Conferência defrontou-se com um desafio crucial: “a superação da concepção usual de políticas públicas, na medida em que esta tende a ser operada por meio de setorializações, enfrentando determinados problemas sociais de modo fragmentado e superficial”. A superação desta concepção consiste no entendimento de que “as políticas para mulheres compreendem todas as ações estatais e que, portanto, dizem respeito ao bem comum”.

Outra tendência da Conferência foi não cair na armadilha das políticas pontuais ou compensatórias. O Estado deve responder com ações de conteúdo específico, na forma de acesso público, a fim de garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de todas as mulheres. Entretanto, as mudanças necessárias para a transformação da realidade estão além de ações paliativas, pois devem almejar a modificação de várias concepções, discursos e práticas que instauram as mulheres num plano diferenciador e limitado.

Construindo as Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres

Com base na sistematização das contribuições vindas de Estados e Municípios, foi preparado por uma Comissão Especial Temática e de Relatoria um documento³ que subsidiou as discussões dos grupos de trabalho na I Conferência Nacional.

² Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais - Documento Base. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/spmulheres/publicacoes/index.htm>

³ Documento base da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – “Proposta de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres” – disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/diretrizes_cnpm.pdf

O documento base da Conferência trouxe propostas de “Natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres na perspectiva da igualdade de gênero”, considerando a diversidade de raça e etnia. Estabelece que a Política Nacional para Mulheres, que fundamenta os planos governamentais, orienta-se pelos princípios da igualdade na diversidade, autonomia das mulheres, laicidade do estado e universalidade.

A organização da Conferência Nacional pautou-se pela necessidade de pensar as “mulheres” em sua diversidade, entendendo que não basta falar em “classe”, mas também em sujeitos específicos. Assim, buscou garantir a presença de segmentos plurais como as mulheres negras, lésbicas, com deficiência, indígenas, vivendo com AIV/Aids, profissionais do sexo, trabalhadoras rurais, urbanas, domésticas, donas de casa, jovens, adultas, idosas, presidiárias, entendendo que cada um dos segmentos traz demandas específicas e algo em comum: a busca pelo reconhecimento social, pelo respeito e pela efetivação dos direitos.

A pluralidade dos segmentos de mulheres presentes na Conferência destaca a necessidade de pensar a transversalidade das ações a fim de modificar o quadro de desigualdades, como a luta pelo fim do sexismo, do racismo e da lesbofobia internalizado nas relações sociais, que acabam tendo as mesmas origens e fundamentos e que influenciam no grau de exclusão. Por exemplo, uma mulher negra sofre uma dupla discriminação social. A importância de dar visibilidade aos segmentos está exatamente na demonstração dos processos específicos e individualizados que constituem as diferenças e o uso destas para a manutenção dos poderes e exploração. Essas diferenças são diluídas muitas vezes nas discussões que focam as mulheres como categoria hegemônica.

Pensar essas necessidades a partir do envolvimento das próprias protagonistas faz toda diferença nos modos pelos quais se efetivam os projetos político-econômicos de desenvolvimento, pois é através do embasamento de tais projetos que se constrói possíveis mudanças estruturais no sentido da igualdade e da justiça.

Segundo a Marcha Mundial de Mulheres, o desafio colocado para a I Conferência Nacional foi a construção de uma avaliação precisa da realidade das mulheres e dos enfrentamentos necessários para a construção de uma política voltada para a igualdade no conjunto da sociedade. Isso se traduz na importância de pensar as políticas para mulheres como parte de um objetivo no processo de transformação das relações políticas, econômicas e sociais, de forma a abalar as estruturas que mantêm o sistema de dominação.

A I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres proporcionou um amplo debate sobre o princípio da igualdade e da equidade. Reafirmou a necessidade de que homens e mulheres possam usufruir todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Subsidiou a SPM, ampliando e reforçando o elenco de suas diretrizes para a proposta de criação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que será abordado nas próximas aulas.

Referências bibliográficas:

GOUVEIA, Taciana. A Abong na Primeira Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, junho de 2004.

XAVIER, Lucia. A Abong na Primeira Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, junho de 2004.

Links interessantes:

Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais - Documento Base – 2004 – disponível em:

http://200.130.7.5/spmu/docs/baseconf_%20est.pdf

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Proposta de Diretrizes para uma

Política Nacional para as Mulheres - Documento para os Grupos de Trabalho

Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/diretrizes_cnpm.pdf